



S. T. F.
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Audiência de: 15 / 06 / 1977: 2531
DJ de: 01 / 07 / 1977.
Total de acórdãos: - 377 -

31.5.1977

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 83.294 - RIO DE JANEIRO

01063080
04370830
02941000
00000130

RECORRENTES: - CARLOS DEUMOND DE ANDRADE E OUTRO

RECORRIDA: - BLOCH EDITORES S/A

EMENTA :- Direito autoral. Interpretação do art. 666, I, do Cód. Civil, diante do art. 153, § 25, da Constituição. Derrogação da regra de direito substantivo, no tocante às compilações, por contrariar o preceito constitucional, que assegura aos autores de obras literárias o direito exclusivo de utilizá-las. Recurso extraordinário conhecido e provido parcialmente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcialmente.

BRASÍLIA, DF., 31 de maio de 1977

ELIO DE SOUZA

- PRESIDENTE

BILAC PINTO

- VICE

30.14.1976

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 83.294 - RIC DE JANEIRO

RELATOR :- O SENHOR MINISTRO BILAC PINTO

RECORRENTES :- CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE E OUTRO

RECORRIDA - BLOCH EDITORES S/A

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO BILAC PINTO - Trata-se de ação ordinária movida por autor de obra literária e seu litisconsorte contra editor, por usurpação de direito autoral.

Alegou o autor, CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, que BLOCH EDITORES S/A publicaram a obra "Literatura Brasileira em Curso", na qual inseriram, sem sua autorização e sem pagamento de direitos autorais, os seguintes trabalhos de sua autoria:

1) Págs. 26 -28 - "Rosaria". Extraído do livro Alguns Poesia.

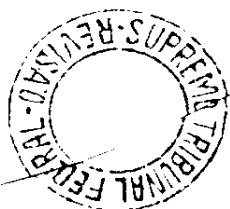
2) Págs. 126-127 - "A Bruxa". Extraído do livro João.

3) Págs. 164-167 - "O Elefante". Extraído de A Rosa do Povo.

4) Pág. nº 186 - "Amar". De Claro Enigma.

5) Págs. 243-250 - "A flor e a náusea". De A Rosa do Povo.

01063080
04370830
02942000
00000270



- 6) Págs. 357-367 - 'A Mesa'. De Claro Enigma.
- 7) Pág. nº 367 - 'Carta'. De lição de Coisas.
- 8) Págs. 377-378 - 'Nova canção do exílio'. De A Rosa do Povo.
- 9) Págs. 400-404 - 'A bolsa'. De A Bolsa & a Vida.
- 10) Pág. nº 411 - 'Os mortos de sobrecasaca'. De Sentimento do Mundo.
- 11) Pág. 420-423 - 'O lutador'. De José.
- 12) 'A mão'. De Lição de Coisas.

Afirmou que, em conjunto, as transcrições abrangem 32 páginas de um livro de 663 páginas, ou seja, espaço muito maior que o ocupado pelos textos cuja autoria pode ser atribuída aos quatro signatários da obra.

Ponderou que, em junho de 1970, o autor, juntamente com outros escritores, firmou declaração divulgada pela imprensa, na qual advertia editores e autores de antologias e livros didáticos de que, a partir de então, não permitiria fossem reproduzidos por outrem, em livros ou periódicos, inclusive reedições, textos de sua autoria, sem expressa autorização prévia. E ainda informava que, na defesa de seus direitos, promoveria as medidas legais adequadas.

Como fundamento da ação, invocou, inicialmente, a norma contida no parágrafo 25, do art. 153, da Constituição de 1969, verbis :



RE. nº 83.294-RJ

3-

"Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las..."

A seguir aduziu : ainda que se considere em vigor o item I, do art. 666, do Código Civil, claramente revogado pela disposição constitucional acima transcrita, ainda assim estaria configurada a apropriação da obra.

Pedi, afinal, fossem os editores compelidos à cessação da usurpação denunciada e condenados ao pagamento de perdas e danos, etc.

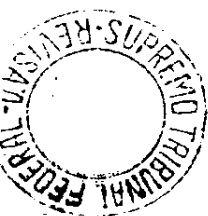
As decisões de primeiro e segundo graus foram desfavoráveis ao recorrente, inclusive a proferida nos embargos infringentes.

Recorreram extraordinariamente o autor e seu litisconsorte, com apoio nas letras a e d de permissivo constitucional.

A Procuradoria-Geral da República, em parecer emitido pelo Prof. JOSÉ FRANCISCO REZEK, pronunciou-se pelo conhecimento e provimento do recurso, nestes termos :

"Peço vênia para invocar o parecer lançado por esta Procuradoria-Geral nos autos do Recurso Extraordinário 75.889, da mesma origem, interposto por Waldomiro Freitas Autran Dourado contra Bloch Editores S/A.

Na presente espécie, ao contrário do que



sucedeu naquela, a sentença de primeiro grau foi adversa ao autor. Entendeu, com efeito, o magistrado competente, que Carlos Drummond de Andrade não deveria ter proposto a ação contra a Editora Bloch, mas contra os quatro professores que figuram como organizadores da antologia discutida.

Em nenhum momento tais pessoas usurparam a autoria de trabalhos alheios. Limitaram-se, em honesto mister, à tarefa mínima de colecionar tais obras, indexá-las, e propor sobre as mesmas certo programa de análise. Foram, para tanto, remuneradas pelo editor, a quem, com categórica exclusividade, é imputável a omissão de qualquer consulta ou contrato com os autores nomeadamente arrolados. Não cuidou o juiz singular, neste caso, de indicar um único fundamento lógico por que se afigurasse justo fossem os organizadores da antologia interpelados em juízo. Noralmente, a ninguém ultrajaram, visto que as obras reunidas na antologia ali figuram com a precisa indicação de seus autores. Economicamente, chega a ser bisonha a tese de que deversem partilhar com os autores a módica quota que lhes resultou do trabalho de organização.

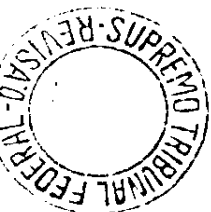
Não prevaleceu, porém, perante o Tribunal de Justiça, o singular raciocínio que levara o magistrado a julgar os autores carecedores da ação. Entendendo legítima a propositura, o Tribunal confirmou, não obstante, a sentença apelada, à luz das mesmas teses que serviram de base ao julgamento do caso Autran Dourado.

Ante o Supremo Tribunal Federal, destarte a espécie se apresenta provida de contornos idênticos aos do Recurso Extraordinário 75.889. Assim, ane



anexando cópia do parecer tão elaborado, novamente o
pina a Procuradoria-Geral pelo conhecimento do recur
so extraordinário, por ambas as alíneas invocadas, e
pelo seu provimento, desta vez não mais para a res -
tauração da sentença de primeira instância, mas para
que se dê guarida ao pedido inicial" (f. 326-328) .

§ o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO BILAC PINTO (RELATOR)-
Sustentam os recorrentes que foi derogada, pelo parágrafo 25 do art. 153 da Constituição de 1969, a parte de item I, do art. 666, do Código Civil, que considera não ofensiva dos direitos de autor, desde que indicado o nome deste e a origem de onde se tomaram os excertos, a reprodução de passagens ou de trechos de obras já publicadas, bem como a inserção, ainda que integral, de pequenas composições alheias, em compilação destinada a fim literário, didático ou religioso.

01063080
04370830
02943000
01220380

Fazem repousar nesse argumento a arguição de que a decisão recorrida ofendeu aquela norma constitucional, que tem a seguinte redação:

"Art. 153
§ 25 - Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las..."

O exame da alegação dos recorrentes envolve a interpretação do exato alcance do texto constitucional de 1967, fielmente reproduzido na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que introduziu modificação no texto da Constituição de 1946.

Esta última atribuía aos autores o direito exclusivo de "reproduzir" suas obras, enquanto que



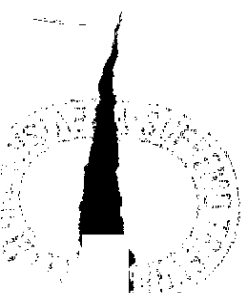
as Constituições de 67 e 69 asseguraram aos autores o "direito exclusivo de utilizá-las".

Pareceu-nos, desde logo, que a tarefa de interpretação consistiria em fixar o sentido técnico da "utilização" da obra literária, artística ou científica, da qual o autor tem direito exclusivo.

Encontramos apoio para essa orientação na lição de CARLOS MAXIMILIANO, Hermenêutica e Aplicação do Direito, - Freitas Bastos, 8ª ed., 1965 -, onde, depois de mostrar que processos diferentes devem ser adotados na interpretação do Direito Público e do Direito Privado, das as peculiaridades de cada qual, coloca em destaque o processo exegético de textos constitucionais.

Acentua que, em matéria de Direito Público, emprega-se, de "preferência a linguagem técnica, e dizer jurídico, de sorte que, se houver diversidade de significado do mesmo vocábulo, entre a expressão científica e a vulgar, inclinar-se-á o hermenauta no sentido da primeira" (págs. 317/318).

Para esse trabalho interpretativo, recomenda o exame das idéias dominantes ao tempo do advento da Constituição nova e, ao referir-se à Constituição de 1891, aconselhava sua comparação com a Constituição do Império e a Constituição dos Estados Unidos, não olvidando o espírito de cada uma delas, bem como os casos da Common Law e Equity, colhidos nos comentários clássicos, os quais pode





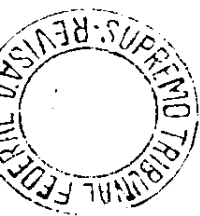
poderiam guiar o escrupuloso intérprete da Lei básica de 24 de fevereiro de 1891.

Em nota a esta passagem, CARLOS MAXIMILIANO reproduziu a regra interpretativa contida na parte final do art. 387, do Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890:

"Art.387 - (...) Os estatutos dos povos cultos e especialmente os que regem as relações jurídicas da República dos Estados Unidos da América do Norte, os casos de "Common Law" e "Equity", serão também subsidiários da jurisprudência e do processo federais".

Não encontrando nos documentos parlamentares relativos à elaboração da Constituição de 1967 onde foi adotada a nova regra de proteção dos direitos autorais, nem na nossa jurisprudência ou doutrina elementos que nos permitissem interpretar corretamente o sentido técnico da modificação introduzida no nosso direito constitucional, seguimos o roteiro hermenêutico sugerido por CARLOS MAXIMILIANO e fomos pesquisar no direito dos " povos cultos", a que fazia referência a Lei de Organização da Justiça Federal de 1898 (art. 387, parte final), e verdadeiro sentido da nova conceituação dos direitos de autor.

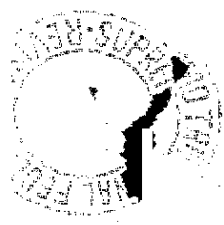
Essa incursão pelo direito comparado, em matéria de direito de autor, revelou-nos que as limitadas regras de proteção contidas no Código Civil haviam sido



superadas pelo amplo universo que a esse direito foi abar-
to pelo desenvolvimento técnico dos velhos meios de comu-
nicação; pela invenção do rádio, da televisão, das fitas
gravadas para registro do som e dos video-tape para a
simultânea gravação da imagem e do som, dos modernos apa-
relhos de reprografia, dos computadores, da utilização de
fotografias nos novos e velhos veículos de difusão da ima-
gem e das técnicas atualizadas de proteção da criação ar-
tística, compreendendo a escultura, a pintura, a gravura,
o desenho, a música, etc., e que alargou e diversificou o
elenco dos direitos autorais cobertos pela proteção legal.

As múltiplas formas pelas quais obras lito-
rárias - em prosa e verso - passaram a ser parcial ou to-
talmente utilizadas em livros, em espetáculos públicos ,
em fonogramas, em peças teatrais, em filmes, em programas
de rádio e televisão, ou mediante aparelhos de reprogra-
fia, revelou que o direito exclusivo do autor de reprodu-
zir sua obra já não dava a este proteção legal contra as
modernas formas de violação dos direitos do autor. Essa
a razão pela qual foi ampliada a definição de direito au-
toral.

Aos autores de obras literárias, artísticas
e científicas foi assegurado o direito exclusivo de "uti-
lizá-las". Mediante essa ampla reformulação do direito de
autor, todas as modalidades de apropriação ilícita, par-
cial ou total, de obras literárias, artísticas ou cientí-



científicas, ficaram afastadas.

Essa evolução refletiu-se nas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, relacionadas com a proteção do direito autoral.

No que especificamente concerne a esta demanda, o direito dos países cultos introduziu as seguintes modificações:

- 1)- atribuir, aos autores de antologias e compilações, direitos autorais, desde que tais trabalhos, pela escolha ou disposições das matérias, constituam criações intelectuais;
- 2)- fez depender de autorização dos autores a utilização de trabalhos seus, no todo ou em parte, em antologias, compilações, seletas, etc;
- 3)- restringir sensivelmente as limitações aos direitos de autor, em matéria de citações de trechos publicados.

Fixados esses pontos da transformação sofrida pelo direito de autor, em hipóteses como a discutida nesta demanda, devemos esclarecer que nossa Constituição não foi a primeira a recorrer ao verbo "utilizar" ou ao substantivo dele derivado, na definição do direito autoral.

A Lei alemã de COPYRIGHT, de 1905, ao definir o escopo a que ela visa, adotou o substantivo "utilização" de cuja forma verbal se valeu a Constituição brasileira para definir o direito autoral:



"Copyright shall protect the author with respect to the utilisation of the work" (tradução da UNESCO).

A Lei Francesa de 11 de março de 1957, no seu art. 1º, por outro lado, assim definiu a propriedade literária artística:

"Art. 1º - O autor de uma obra intelectual goza sobre ela, pelo só fato de sua criação, de um direito de propriedade incorpórea, exclusivo e oponível a todos. Esse direito comporta atributos de natureza intelectual e moral, bem como os atributos de ordem patrimonial que são determinados pela presente lei".

R. F. WHALE, na sua obra Copyright - Evolution Theory and Practice (Longman - Lowe & Boydell - Printers - Limited - London - 1972), depois de citar as definições das leis alemã e francesa, comenta :

"A diferença é sutil mas decisiva e não depende somente de caráter bem mais categórico do texto francês.

A definição alemã é baseada numa teoria monística ou utilitária, a qual, reconhecendo embora que o direito de autor é constituído de dois elementos, ou seja, o direito de afirmar sua relação pessoal com o trabalho por ele criado e o direito de explorar suas potencialidades econômicas, não acha possível distinguir os limites de cada elemento e, consequentemente, os considera como duas facetas de um único direito.

A definição francesa, entretanto, baseando



baseando-se na usualmente chamada teoria dualística, reconhece no direito de autor elementos de duas diferentes ordens.

Há nela a separação do direito de autor, para afirmar a relação criativa entre o autor e sua obra e o seu direito de utilizá-la economicamente (to put the work to economic use).

A ligação entre o autor e sua obra, baseada na relação entre o criador e a obra por ele criada, será indissolúvel e inextinguível de cessão, nas duas definições, porém, isso necessariamente envolve diferentes soluções para algumas questões, como por exemplo as relacionadas com a cessão de direitos" (ob. cit. págs. 23/24).

HENRI FUSTIS, na sua obra Le Droit d'Auteur en France (Sallier, 2ª ed., p.19), tratando da extensão das citações permitidas, depois de mencionar o critério que tem orientado a jurisprudência, escreve:

"Esta regra pode ser concretizada nestes termos - é necessário que a obra, na qual os empréstimos de textos foram introduzidos, possa sobreviver após a supressão das citações e conservar, depois dessa retirada, uma fisionomia e um interesse próprio. Em a impossibilidade de publicar coletas ou uma antologia sem a autorização daqueles que detêm o direito autoral. Essa coletânea perderia toda razão de ser e cessaria simplesmente de existir, se as pretendidas citações dela fossem retiradas" (pág. 19).

As considerações até aqui expostas levam-

levam-me a considerar que tem procedência o ponto de vista dos recorrentes quando afirmam que a regra contida no item I do art. 666 do Código Civil, na parte em que se refere às compilações, foi derogada pelo parágrafo 2º do art. 153 da Constituição de 1969.

Para a aferição da implícita ou explícita contrariedade à Constituição das leis a ela anteriores, PONTES DE MIRANDA sugere um teste que nos parece decisivo. Consiste ele em se apurar se o texto legal, que se pretenda vigente, poderia ou não ser objeto de lei ordinária, na vigência da Constituição nova (Comentários à Constituição da República Federativa dos E.U.U. do Brasil de 1964, Rio, Tomo II, págs. 560/561).

O direito exclusivo conferido aos autores de obras literárias de utilizá-las não permitiria que o legislador ordinário considerasse que as compilações, qualquer que fosse seu fim, não seriam ofensivas dos direitos de autor.

A nova lei (Lei nº 5.988/73), que regula os direitos autorais, ao desenvolver a regra contida na Constituição, ampliou enormemente o campo de incidência da proteção dos direitos de autor (art. 6º) e dos que lhe são conexos, estabelecendo inicialmente que o autor é titular de direitos morais e patrimoniais sobre a obra intelectual que produzir (art. 21).

No que concerne aos direitos morais, esta

estabeleceu que são eles inalienáveis e irrenunciáveis (artigo 28), e, quanto aos direitos patrimoniais, estatui que cabe ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor da obra literária, bem como o de autorizar sua utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte (art. 29).

A Lei nº 5.988/73 passou a considerar as coletâneas, compilações, seleta, compêndios, antologias, enciclopédias, dicionários, etc., como obras intelectuais independentes, desde que, pelos critérios de seleção e organização, constituam criação intelectual, mas estabeleceu que tal proteção é dada sem prejuízo dos direitos dos autores das partes que as constituem (art. 7º).

Para esses gêneros de trabalho foi adotado o sistema já consagrado no direito comparado relativamente às traduções. O autor da obra autoriza a tradução e recebe os direitos autorais que lhe competem e o tradutor recebe do Editor sua remuneração e fica com direito autoral sobre a tradução que realizou, desde que se apresente como criação intelectual nova, tenha sido previamente autorizada e não cause dano ao original (arts. 30, II e 6º, XII).

Como se vê, em ambos os casos, o legislador, ao estender o campo dos direitos autorais, deixou claro a proteção dos direitos morais e econômicos do autor.

A nova lei, atendendo ao comando da lei maior, ao estabelecer as reproduções que não constituem ofensa aos direitos do autor, delas excluiu as compilações.



qualquer que seja seu fim.

A interpretação legislativa da regra constitucional do parágrafo 25 do art. 153 da Constituição de 1969, contida na nova lei está a revelar que o texto do Código Civil, relativo às compilações, já estava derrogado pela Constituição, por contrariar explicitamente a regra de que aos autores das obras literárias pertence o direito exclusivo de utilizá-las.

Pelo exposto, dou provimento ao recurso e, passando a julgar a causa, dou pela sua procedência, em parte, para o efeito de condenar BLOCH EDITORA S/A ao pagamento ao autor e seu litisconsorte da indenização de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), proporcionalmente ao número de páginas dos trechos de obras de um e outro utilizados, sem a necessária autorização, na compilação "Literatura Brasileira em Curso". Condene ainda, a ré, ao pagamento das custas, despesas judiciais e dos honorários de advogado, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação.



30.11.1976

2547

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 83.294 - RIO DE JANEIROV O T O

O SR. MINISTRO RODRIGUES ALCKMIN:- Sr. Presidente, peço v^{ên}ia ao eminente Relator para dissentir do seu voto brilhantíssimo.

Consoante voto que proferi no RE 75.889, entendendo que a regra do art. 666, inciso I, do Código Civil, agora reproduzido na Lei 5.988, de 1973, estabelece a possibilidade de reprodução de trecho de obras alheias em obra maior de caráter didático (antologias, crestomatias). Reporto-me aos fundamentos desse voto para não conhecer do recurso.

01063080
04370830
02943010
01250480



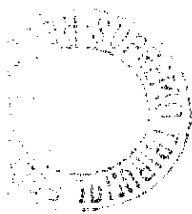
RE 83.294 - RJ - Rel., Min. Bilac Pinto. Recor-
Carlos Drummond de Andrade e outro (Adv. José de Aguiar
dias). Recda. Bloch Editores S.A. (Adv. Marcio Malanud e
outros).

Decisão: Adiado o julgamento, por haver pedido vis-
ta o Min. Presidente, depois dos votos do Relator e Minis-
tros Cunha Peixoto e Antônio Neder, que conhecem e dão pro-
vimento, em parte, e Min. Rodrigues Alekmin, que não co-
nhece do recurso.- 1ª T., 30.11.76.

Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha. Presentes à
sessão os Srs. Ministros Bilac Pinto, Antônio Neder, Ro-
drigues Alekmin e Cunha Peixoto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Antônio Tor-
reão Braz.

Antônio Carlos de Azevedo Braga
SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA TORREÃO



31.05.1977

PRIMEIRA TURMA

2549



RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 83.294 - RIO DE JANEIRO

V O T O
(VISTA)

O SENHOR MINISTRO ELOY DA ROCHA :- De acordo com o eminente Relator, conheço do recurso e lhe dou provimento em parte.

01063080
04370830
02943020
0150560

/asb/



EXTRATO DA ATA

01063080
04370830
02944000
00000640

2550

RE 83.294 - RJ - Rel., Min. Bilac Pinto. Recorrido: Carlos Drummond de Andrade e outro (Adv. José de Aguiar Dias). Recorrido: Bloch Editores S.A. (Adv. Marcio Malamud e outros).

Decisão: Adiado o julgamento, por haver pedido vista o Min. Presidente, depois dos votos do Relator e Ministros Cunha Peixoto e Antônio Neder, que conhecem e dão provimento, em parte, e Min. Rodrigues Alckmin, que não conhece do recurso.- 1ª T., 30.11.76.

Decisão: Conhecido e provido, em parte, vencido o Min. Rodrigues Alckmin, que não conheceu do recurso. 1ª T. 31.5.77.

Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha. Presentes à sessão os Srs. Ministros Bilac Pinto, Antonio Neder, Rodrigues * Alckmin e Cunha Peixoto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Antonio Torreão
Braz.

Antônio Carlos de Azevedo Braga
SECRETÁRIO DA PRIMEIRA TURMA

